

BC nega conta de Cr\$ 100 tri

O diretor da área bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, qualificou de "tolice" as preocupações de setores vinculados ao candidato Tancredo Neves de que o próximo governo precisará administrar dívida pública interna de Cr\$ 100 trilhões e com vencimentos mensais de mais de Cr\$ 10 trilhões. Também considerou "total insensatez" a pretensão do presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, de fazer o banco atuar em todos os segmentos do mercado financeiro, a ponto de ter caderneta de poupança para competir com outra instituição do governo, a Caixa Econômica Federal (CEF). Para Silveira Miranda, a ampla reforma bancária ocorrerá dentro de dois anos, via Legislativo, com a definição do novo papel do Banco do Brasil no sistema.

No mês passado, a colocação bruta de títulos públicos atingiu Cr\$ 5,5 trilhões. Com a redução da metade, correspondente à simples substituição de papéis vencidos, o "open" contribuiu com Cr\$ 2,7 trilhões no exugamento da liquidez do mercado. Mesmo assim, a base monetária —

emissão primária de moeda — continuou a crescer em novembro, acima do programado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em razão de ajustes nas contas devedoras dos bancos estaduais.

Segundo o diretor do Banco Central, os títulos públicos representaram, este ano, a única alternativa para cobrir as pressões internas do crescimento das reservas cambiais do País, sem a emissão inflacionária da moeda. Reconheceu que o prazo médio de vencimento da dívida interna encurtou, "em função do tipo de papel que o mercado comporta". Em compensação, Silveira Miranda ressaltou que a substituição dos papéis longos, de cinco anos, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional com cláusula cambial (OR cambiais), trouxe o efeito agradável da desdolarização da dívida pública e da economia, como "a oposição sempre defendeu". Por isso, apesar do crescimento, o diretor do Banco Central disse esperar "enorme agradecimento" da próxima equipe econômica à forma como a dívida interna foi administrada no atual governo.